



Um novo Diálogo com Jorge Correia Jesuíno¹

Maria de Fátima Barbosa Abdalla²

A fim de apresentar reflexões sobre políticas, práticas, representações e identidades profissionais, que fazem parte da proposta encaminhada por este nosso Dossiê, demos continuidade a um novo diálogo³ com o Prof. Dr. Jorge Correia Jesuíno, a quem agradecemos imensamente.

O intuito desta entrevista é problematizar questões em torno de aspectos sociopolíticos e culturais, que acabam afetando os modos de ser, sentir e agir, em especial, daqueles que têm um trabalho comprometido com a profissão docente e com a Educação, considerando estes nossos tempos de incertezas, imprevisibilidades e exclusões.

Neste diálogo, o Prof. Jesuíno apresenta aspectos em torno de sua trajetória de vida pessoal e profissional, traz reflexões sobre as teorias de Serge Moscovici e Pierre Bourdieu, em continuação à entrevista anterior

1. Licenciado em Filosofia pela Universidade de Lisboa e doutorado em Sociologia pela Universidade Técnica de Lisboa. Professor Emérito no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). Membro do Centro de Filosofia da Ciência da Universidade de Lisboa (CFCUL). Atualmente, é investigador no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade Técnica de Lisboa. E-mail: jorge.correia.jesuino@gmail.com.

2. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Santos (UNISANTOS). Doutora em Educação da FE-USP e com pós-doutorado em Psicologia da Educação pela PUC/SP. Membro da Latin American Studies Association (LASA) e pesquisadora associada do Centro Internacional de Estudos em Representações Sociais e Subjetividade - Educação, Cátedra UNESCO em Profissionalização Docente. Membro da diretoria da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação/ANFOPE e membro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa/ANPED. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8290-959X>. E-mail: mfabdalla@uol.com.br.

3. Este novo diálogo se iniciou, em junho de 2023, na Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa/Portugal, e se estendeu em encontros virtuais em novembro e dezembro de 2023; depois, em alguns momentos de 2024.

(Abdalla, 2022), e discute outros teóricos que circulam pela Psicologia Social, Sociologia e Filosofia. Além disso, não podemos deixar de registrar que foram tratados outros temas debatidos nos dias de hoje, desde os problemas em torno da violência, como as guerras que estamos presenciando neste momento, da Inteligência Artificial (AI) e aqueles relacionados à xenofobia, ao racismo, à exclusão social, em contraponto com um discurso que privilegia a diversidade e os direitos humanos. A partir desta breve síntese, vamos, então, ao nosso diálogo.

MFBA - Prof. Jesuíno, como já lhe disse anteriormente, é um prazer podermos, mais uma vez, compartilhar esses momentos tão preciosos, dando continuidade ao nosso diálogo anterior. E, hoje, pergunto: como se deu o seu processo educacional e, posteriormente, as suas escolhas profissionais? Conte-nos, brevemente, sobre a sua trajetória formativa, considerando os aspectos principais, suas escolhas pessoais e profissionais, que deram fundamentos para a constituição de sua identidade profissional.

JCJ - Nasci em 1934, o que significa que estou à beira dos 90 anos, uma idade a que nunca esperei chegar. Quando tinha 50 anos esperava que na melhor das hipóteses talvez chegasse aos 80 anos. Hoje em dia o acréscimo da longevidade tornou-se visível. Dispor de capacidade para continuar interessado é algo a que só posso dar graças. O meu percurso formativo apresenta algumas singularidades. Morte do pai aos 6 anos, em 1940, no primeiro ano da Segunda Guerra Mundial. Família a partir de então reduzida a mãe e irmão, 4 anos mais velho, que, de algum modo, assumiu a referência de identificação masculina. Irmão que também viria a falecer prematuramente aos 49 anos. No ano da morte do pai, 1940, entro numa escola primária, uma escola pública em Lisboa, onde vivíamos, num bairro popular. Todo o meu percurso escolar teve lugar no Sistema Público. Do primário passo ao secundário, Liceu, como se designava na altura, que durava 7 anos após os 4 anos do primário. Seguiu-se um ano de preparatórios na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, ingressando em seguida na Escola Naval, donde saí Guarda Marinha em 1955. A escolha por uma carreira militar não correspondeu a uma vocação, foi determinada em grande parte por ser uma via rápida e económica⁴ para uma profissão remunerada e oferecendo segurança. Não tenho de resto perfil de militar e já nessa altura os meus interesses, para além dos hábitos de leitura, estavam focados nas Humanidades. Reduzi, todavia, a dissonância cognitiva, refugiando-me no mito do “join the navy and see the world”, o que de algum modo resultou. Na verdade, nesse tempo, viajar, visitar outros países era um privilégio que as gerações atuais terão dificuldade em entender. Dado o meu interesse pela leitura e muito em especial em Filosofia, disciplina que me fascinou e em que tive bons resulta-

4. As respostas do Prof. Jesuíno serão mantidas no idioma Português, de Portugal.

dos no Liceu, vim a matricular-me em 1958 na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde me licenciiei em Filosofia ao fim de 10 anos, apresentando uma tese sobre o inatismo, confrontando Leibniz e Locke. Data possivelmente de então o meu gosto pela intertextualidade. A demora em concluir o curso deveu-se a ter interrompido após o segundo ano, em 1960, partindo para numa longa comissão num navio em missão de soberania repartida entre Macau e Timor, donde regresssei no final de 1962. Dado os longos períodos de ociosidade da vida a bordo tive oportunidade de dedicar muitas horas à leitura pelo que esse período funcionou como uma sabática que foi benéfica para o prosseguimento do curso. Durante a comissão, recordo ter sido, em 1961, que Goa foi anexada pela União Indiana e que eclodiram as insurreições no Norte de Angola. Embora longe destes cenários de guerra, foram anos importantes pela experiência de assistir à agonia do colonialismo português, mas também pelo desconforto moral e psicológico de pertencer a uma instituição que tinha por missão apoiar um regime fascizante que procurava sobreviver não obstante a condenação internacional de que era objecto. Na altura já tinha convicções de esquerda pelo que o conflito psicológico em que me debatia não foi fácil, nem nunca saberei se acaso não terá deixado marcas para sempre. Aí já havia pouco margem para reduzir a dissonância. Caso-me em 1963, com uma colega de curso por quem me apaixonei e a nossa ligação dura até hoje. Não temos filhos. Entre 1963 e 1970 exerço funções técnicas no âmbito da NATO, facto que me leva a viajar com frequência, agora de avião, por toda a Europa, o que igualmente contribui para me enriquecer culturalmente. No final desse período sou nomeado comandante duma corveta, o que constitui um retorno à vida de bordo numa missão, novamente de soberania, em Cabo Verde entre 1970 a 1972. Cabo-verde era um arquipélago africano situado próximo da Guiné onde não havia movimentação subversiva ou antes em que tal movimentação era ainda clandestina. Tive ocasião de contactar com as elites locais, nomeadamente escritores que se opunham à dominação portuguesa, mas que oscilavam entre o desejo de independência e o estatuto de adjacência idêntico aos arquipélagos da Madeira e Açores. Esta que será a última missão constituiu mais uma experiência de liderança, agora mais exigente dada a responsabilidade envolvida pelas funções de comando, que será mais tarde uma provável motivação para reforçar o meu interesse pela psicologia da liderança, sendo esse o tema do meu doutoramento tardio, que só terá lugar em 1985. Após o regresso de Cabo Verde desempenho funções no Estado Maior e também dou início à minha atividade docente no Ensino Superior para ministrar a cadeira de Psicologia do Desenvolvimento no Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA) – uma instituição privada, e a disciplina de Comportamento Organizacional no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), uma instituição pública. O ISCTE resultou por seu turno da implementação de uma nova Universidade no âmbito de uma ampla reforma do Ensi-

no Superior que ficou conhecida como a Reforma Veiga Simão, nome do ministro que a levou a efeito. Os convites para lecionar tanto numa como na outra instituição derivavam, por um lado, do meu interesse pela epistemologia genética de Jean Piaget, que li e estudei nas muitas horas vagas em Cabo Verde e sobre a qual me propunha preparar uma tese de doutoramento em Filosofia, chegando mesmo a contactar um ex-professor da Faculdade que frequentara para me orientar e patrocinar. O convite para lecionar comportamento organizacional no ISCTE, na qualidade de assistente e não de responsável pela organização da disciplina, resultou na minha integração numa equipa de doutores com formação internacional, sendo a minha colaboração justificada pela experiência profissional e familiaridade com a linguagem da Psicologia e da Teoria das Organizações. Também nesse curto interregno tenho ocasião de dar aulas de Filosofia na Escola Náutica que preparava oficiais e a Marinha Mercante. Estas atividades múltiplas são interrompidas em 1974 pelo golpe militar, que depôs o regime vigente e conduziu à descolonização dos Territórios Africanos – Guiné, Moçambique, Angola, onde prosseguia uma luta armada, mas também Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, onde não havia guerra. Timor e Macau assumem situações mais complexas só mais tarde resolvidas. Não fiz parte da conspiração dos oficiais que desencadearam o golpe e que ficaram conhecidos como os Capitães de Abril, mas fui nela imediatamente integrado por cooptação, tendo vindo a desempenhar funções ministeriais ligadas à Comunicação Social em Luanda, capital de Angola, em 1974, e em Lisboa, em 1975. O processo revestiu-se de natural complexidade ao evoluir para uma dinâmica revolucionária que os militares revoltosos dificilmente controlaram, dando lugar a cisões internas que só vieram a clarificar-se 18 meses depois, em 25 de novembro de 1975. Fazendo eu parte do núcleo que veio a ser excluído, esse terá sido um fator que contribuiu para que, a partir de então, me dedicasse exclusivamente à carreira de Ensino Superior. Retomei assim a docência, a partir de então, exclusivamente em Psicologia Social e Psicologia Organizacional, sem todavia perder o interesse pela epistemologia em geral e, mais especificamente, pela abordagem piagetiana, no âmbito da qual publiquei, em coautoria com Orlindo Gouveia Pereira, um conjunto de textos sobre a Psicologia da Criança. Também conduzi, durante 2 anos, um seminário opcional sobre epistemologia genética na licenciatura da Faculdade de Filosofia da Universidade de Lisboa. A minha tese em Processos de Liderança procura ancorar o fenómeno da liderança nos processos de grupo e sob esse aspeto acha-se mais próxima das abordagens lewinianas e do seu discípulo Robert Bales, que tive ocasião de conhecer e com ele colaborar, do que das abordagens positivistas e funcionalistas da psicologia norte americana. O interesse pelos processos e não tanto pelos resultados ou pela eficiência, terá sido, por seu turno, o que vai despertar o meu interesse pela Teoria das Representações Sociais (TRS), que vem até aos dias de hoje. Lecionei no ensino público até à

idade limite de 70 anos de acordo com a legislação portuguesa que, todavia, não limita a prática de investigação e integração em júris de avaliação. Após os 70 anos, lectionei em universidades privadas, durante mais 15 anos, tendo, entretanto, e já perto dos 80 anos, integrado uma Unidade de Investigação no Centro de Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa (CFCUL), que me ofereceu a oportunidade de retomar o meu antigo interesse pela epistemologia.

MFBA – Prof. Jesuíno, como foi a sua transição da Filosofia para a Sociologia? Quais as razões de não prosseguir com o seu projeto de doutorado em Psicologia Genética? Qual a importância do tema da liderança em sua carreira docente? E quais outras relações decorrentes dessa temática estariam presentes em seu modo de pensar questões em torno da Filosofia, da Sociologia e/ou da Psicologia Social nos tempos de hoje?

JCJ - A transição da Filosofia para a Sociologia, já que foi essa a área em que me doutorei, pode causar alguma surpresa. Por que motivo não prossegui o projeto de me doutorar em Psicologia Genética? De certo modo o breve resumo da minha trajetória já deixa perceber por que assim foi. De resto a vida como observou Ortega Y Gasset tem muito de contingente, é feita de encontros e sobretudo de circunstâncias. Escolhemos sempre ou quase sempre condicionados. Se hoje ao olhar para trás me vejo repartido entre duas carreiras, primeiro a de militar e depois a de universitário, isso deve-se em grande medida à circunstância da Revolução do 25^a, assim ficou conhecida, ao papel que desempenhei nesse curto, mas muito intenso período de 18 meses, que determinou uma reorientação da minha vida profissional. Em termos contra fatuais posso imaginar que a não ter acontecido o 25 A, eu continuaria provavelmente a minha carreira naval, cultivando a filosofia enquanto mero diletante. Eventualmente poderia acumular algumas aulas enquanto docente convidado, prosseguindo a experiência já iniciada em 1972, mas novamente as circunstâncias assumem primazia. Ter sido convidado para o ISCTE determinou em grande medida o meu percurso futuro. O ISCTE foi criado no âmbito de uma Universidade Nova, é essa, de facto, a designação até hoje, uma Universidade que se pretendia profissionalizante, menos académica. Na altura operavam em Lisboa a Universidade de Lisboa (UL), conhecida informalmente como a “Universidade Clássica” organizada em Faculdades, e a Universidade Técnica de Lisboa (UTL), organizada em Institutos. A Universidade Nova de Lisboa (UNL) era assim uma terceira Universidade criada em Lisboa. Mais recentemente a UTL fundiu-se com a UL pelo que voltamos a dispor de duas universidades públicas em Lisboa. O ISCTE tinha por vocação primária incrementar o estudo da gestão empresarial com o apoio das ciências sociais como a sociologia, psicologia, antropologia e história, ciências sociais essas que com exceção da história, durante o meio século do regime ditatorial, não tinham voz na universidade pública, pelo que também aí havia que começar

quase de zero. E, nessa tarefa, foi importante o papel dos jovens doutores que entretanto tinham feito a sua formação no exterior do país. A minha entrada no Ensino Superior faz-se por via dos colegas seniores com formação em Psicologia em universidades europeias e americanas, e a eles devo uma aproximação mais sistemática e menos autodidata à disciplina. Em 1980, e por iniciativa dos colegas Jorge Vala e Maria Benedicta Monteiro do ISPA, com quem viria a colaborar mais de perto quando ambos se integram no ISCTE, teve lugar em Lisboa um Encontro sobre Psicologia Social que visava introduzir na comunidade dos psicólogos portugueses a psicologia social, uma subdisciplina ainda pouco conhecida e timidamente aplicada nas disciplinas auxiliares de gestão empresarial no ISCTE. Nesse Encontro de 1980 estiveram presentes figuras consagradas da Psicologia Social europeia tais como: Henry Tajfel, Willem Doise e Jacques-Philippe Leyens, sociólogos como Michel Crozier e Stefan Stoer, com os quais estabelecemos relações e colaboramos em projetos de pesquisa que foram decisivos para o futuro desenvolvimento da disciplina em Portugal. Tajfel faleceu prematuramente, mas deixou marca entre nós. E através de Doise, sempre muito generoso e pedagógico, mas também das relações de Jorge Vala com Jacques-Philippe Leyens, e estou a citar apenas nomes mais consagrados, abriu-se a fresta que nos deu acesso à Teoria das Representações Sociais (TRS) e, rapidamente, a Serge Moscovici e Denise Jodelet, que sempre nos acompanharam e ajudaram. 1980 é assim o ano zero da Psicologia Social em Portugal. Julgo que a Professora Abdalla poderá confirmar que no Brasil a história da disciplina é diferente e que só mais tarde, já na década de 90, psicólogos sociais brasileiros e psicólogos portugueses vieram a cruzar-se por mediação dos nossos mestres franceses. Tinha por hábito, nesses anos 90, dizer que em psicologia social não foram os portugueses, mas os franceses a descobrir o Brasil. É este contexto que de algum modo explica o meu investimento na área da liderança. Aqui tenho, porém, de recuar um pouco e recordar a minha vertente de militar. Fora para mim surpresa que na Escola Naval não nos falassem sobre esse tema, não havendo qualquer disciplina dedicada à psicologia da liderança. Partia-se do princípio que a aprendizagem teria lugar com o próprio exercício da atividade, e também, muito provavelmente, que o simples estatuto de oficialato pressupunha que a sua autoridade não seria posta em causa, bastando ter galões para ser automaticamente obedecido. Estávamos, ainda, longe da necessidade de legitimar o exercício da chefia. Por mim, não me sentia nada seguro, o que já de si seria sintomático da minha duvidosa vocação para chefe natural e daí ter começado a ler sobre o tema, tendo mesmo seguido um curso de liderança da Marinha Americana, por correspondência. Sendo, já nessa altura, um homem de livros, dando mais importância à teoria do que à prática, e a circunstância de me achar inserido, anos mais tarde, num Instituto dedicado às *ciências do trabalho e da empresa* abriu natural continuidade a esse meu interesse que culminou na tese que apresentei

em 1985, de que resultou um livro. O tema da *liderança* esteve sempre presente na minha carreira de docência e pesquisa, ainda que se cruzasse com outros temas que foram surgindo. Note-se que o exercício da liderança implica uma multiplicidade de competências e dinâmicas, o que explica de resto que o tema longe de se esgotar esteja em permanente renovação. À liderança ligam-se os temas do poder e influência, da comunicação tanto interpessoal como mediática, a gestão dos conflitos e negociação. A todas estas vertentes dediquei muito da minha atenção e estudo. Nos primeiros contactos que tive com SM cheguei a convidá-lo para ser meu orientador de doutoramento, que ele aceitou, mas a que tivemos de renunciar por dificuldades práticas de várias ordens. Trabalhar nesta área de liderança e, sobretudo, na sua aplicação às organizações conduziu-me a uma outra área que sempre me despertou curiosidade. Refiro-me ao Estudos Transculturais. Segundo Edgar Schein (2009), haveria uma estreita relação entre liderança e cultura organizacional, o que permite a operacionalização de variáveis indicadoras das culturas não apenas organizacionais, mas também nacionais levando a comparações psicométricas a diferentes níveis de análise. Um exemplo duma tal abordagem, no âmbito da TRS, é o estudo conduzido por Willem Doise (2002) sobre a representação social dos Direitos Humanos, envolvendo dezenas de países, no qual tive ocasião de participar. (Recordo uma sessão, em Aix, em que Doise apresentou os resultados do estudo que viria a publicar em livro, sessão a que assistiu SM, o qual, no final, formulou reservas sobre o que considerava ser essa uma abordagem demasiado “estrutural”). O último dos estudos desta natureza, em que participei designado por GLOBE dirigido por Robert House, outro nome consagrado na área dos *leadership studies*, envolveu 62 países e deu igualmente origem a várias publicações. Devo confessar que sempre nutri algumas reservas epistemológicas sobre estas metodologias, demasiado redutoras, aceitando-as como meros indicadores, hipotéticos e provisórios. Recordo, por outro lado, como já referi antes, que a minha preferência pelo estudo da liderança sempre se situou na perspectiva genética e aqui no sentido que Moscovici lhe confere na sua teoria sobre influência social, designadamente na tese do papel das minorias ativas enquanto motor da mudança social. Voltarei mais à frente a este tema. Daí também o meu interesse prioritário pelos processos e pelas mediações que me levaram, numa lógica de recuo progressivo, primeiro a Robert Bales, deste a Talcot Parsons e deste a Max Weber, mas também a Durkheim e sempre na companhia, ainda que não exclusiva, de Serge Moscovici (SM) e Pierre Bourdieu (PB). Isto, por um lado, porque, por outro lado, as questões do poder e designadamente do poder político convidam a frequentar sociólogos como Karl Marx e Jürgen Habermas e, desta forma, a participar nos debates do nosso tempo. Julgo que atualmente os jovens psicólogos sociais estarão mais sensibilizados para frequentar um campo interdisciplinar mais vasto e menos limitado pelas restrições positivistas, ainda que estas, qual retorno do repri-

mido, tendam a reaparecer, agora sob as incontornáveis evidências geradas pela hegemonia do Big Data.

MFBA – Concordo com o Sr., porque Marx nos ajuda a reanalisar questões que estão ao redor do poder político e das formas como assumimos consciência frente a ele. Com a sua fala, logo me veio à cabeça aquela célebre frase de Marx: “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (Marx, 2008, p. 47). Não posso deixar de pensar, também, que temos necessidade de compreender o modo como a sociedade contemporânea regida por uma lógica neoliberal conforma “seus sujeitos” a uma representação distorcida da realidade, conduzindo aos “fenômenos de alienação” e do “fetichismo da mercadoria” como nos ensina o autor. Penso que Marx nos faz enxergar que temos uma “razão da economia” que monopoliza o discurso político e vai configurando as estruturas e políticas de nossas sociedades, assim como o individualismo e os processos de competição que acabam por nos escravizar. O que nos faz tecer ainda relações com Bourdieu (2004, p. 16), quando diz: “[...] o estudo das transformações das práticas econômicas permite ver melhor, e mais completamente, o que elas põem em jogo, isto é, todo um estilo de vida ou, melhor, todo um sistema de crenças”. De tudo o que foi discutido até agora, pergunto: quais os caminhos que percorreu para escrever o capítulo que está no livro “Psicologia Social”, organizado por Jorge Vala e Maria Benedicta Monteiro (1993), e que se denomina “A Psicologia Social Europeia”? Questiono se os “pontos de debate” indicados neste capítulo seriam os mesmos se considerarmos a realidade de hoje? Nesta perspectiva, se for possível, gostaria que o Sr. retomasse alguns aspectos da Teoria das Representações Sociais, de Moscovici, e sobre aquela obra em que este autor escreveu sobre as minorias ativas? Também, seria possível revisitar um outro aspecto mencionado pelo senhor, e que diz respeito às “convergências e complementaridades entre RS e as noções de disposições e *habitus* propostas por Bourdieu”?

JCJ - Por que razão um capítulo sobre Psicologia Social Europeia? O próprio título é controverso. Será defensável que uma disciplina de vocação científica possa ser adjetivada em termos regionais? Na nona edição de 2013 do livro Psicologia Social, editado por Jorge Vala e Maria Benedicta Monteiro, profundamente remodelado, essa incursão histórica veio a ser suprimida. Nas edições anteriores, esse capítulo era complementado por um outro sobre Psicologia Social Norte-Americana pelo Colega Orlindo Gouveia Pereira com quem partilhei, como já referi, vários textos e projetos de pesquisa. Ocasão para ampliar um pouco mais, acrescentando ter sido ele o responsável, a quem agradeço a minha inserção no Ensino Superior. Gouveia Pereira era médico naval, psiquiatra, com doutorado em Psicologia pela Universidade de Brandeis, nos USA, com quem travei conhecimento, dada a proximidade profissional. Ele conhecia bem a psicologia social que se praticava no início da década de setenta, em

Boston, estando à vontade para ilustrar o contraste com a sua congénere europeia. Reportando-me aos dias de hoje, julgo que faz, todavia, sentido que a renovada edição do manual não contemple essa divisão que se deve porventura a circunstâncias datadas. Permito-me referir duas obras para melhor enquadrar o significado dessa designação, que deveria ser entendida mais em termos passíveis de registar algumas convergências entre esses dois critérios tão diversos, senão incompatíveis. Refiro-me à obra de 1972, “The context of social psychology”, editado por Joachim Israel e Henri Tajfel, em que colaboram vários autores (europeus) seniores, tais como: Rom Harré, Serge Moscovici, os próprios editores Henri Tajfel e Joachim Israel, bem como Mario von Cranach, Ragnar Rommetveit, Claude Flament e Hakan Wiberg. A outra obra, muito mais recente, deve-se a SM e Ivana Markova, e foi publicada, em 2006, com o título “The making of modern social psychology – The hidden story of how an international social science was created”. Simplificando muito, podemos exprimir esta ideia de opor o modo europeu ao modo americano, de fazer psicologia social à distinção, pouco elegante entre “psicologia social sociológica” e “psicologia social psicológica”. Tratando-se de uma interdisciplina na fronteira entre psicologia e sociologia, a psicologia social sempre conheceu, sobretudo ao nível dos seus métodos, alguma ambiguidade no que se refere à operacionalização bem como à métrica das variáveis. Não deixa de ser curioso que a psicologia social dita europeia tenha sido criada pela iniciativa do psicólogo norte-americano John Lanzetta (1926-1989), que, exercendo funções de adido no Naval Office em Londres, resolveu organizar um Encontro dos psicólogos sociais europeus que na altura se encontravam dispersos, trabalhando individualmente sem qualquer identidade de grupo. É, a partir de tal iniciativa, que recuando a 1963 e, em seguida, às démarches nomeadamente de SM, no âmbito de uma Comissão Transnacional, que viria a constituir-se uma Associação Europeia a qual por seu turno editou uma revista que se tornou referência, com o título, *European Journal of Social Psychology*. Note-se, porém, e agora já menos paradoxalmente, que esta corrente da psicologia social rapidamente viria a perder a sua vocação inicial proclamada no livro de 1972 – Uma psicologia social mais social, para se aproximar paulatina e, quase exclusivamente, do paradigma positivista e experimentalista típico do modo norte-americano de que a revista *Journal of Personality and Social Psychology* (JPSP) se tornou referência absoluta. SM que teve um papel fundamental na criação da Associação Europeia virá mais tarde a dessolidarizar-se da deriva tecnicista de uma disciplina incapaz de subir aos ombros dos seus geniais fundadores. SM ocupa aqui uma posição única pela capacidade que revelou na construção de uma obra de largo espectro, não dicotómica, onde o experimentalismo não era rejeitado nem divinizado, apenas utilizado como meio e não como fim enquanto via para validar hipóteses como será o caso das incursões laboratoriais sobre o efeito das minorias na influência social, um fenómeno que ape-

nas iniciou, deixando em aberto em que medida processos observados a nível micro podem fornecer pistas para melhor entendermos as mudanças sociais a nível macro. Por outro lado, o mesmo SM introduz, como já referi, a TRS, uma teoria macro, procurando descrever como se constrói e como funciona o senso comum, mas também como muda e se acha condicionado, como é possível o pensamento social, o escândalo do pensamento social, o pensamento que se elabora através das múltiplas trocas entre sujeitos individuais sobre objetos sociais comuns, algures entre representações coletivas, hegemónicas, aparentemente não negociáveis, constituindo um quadro estável, fonte de certeza e de previsibilidade, e as representações individuais, eventualmente emancipadas ou mesmo polémicas, sendo esse triângulo semântico que irá dar lugar aos processos de mudança. Curioso observar como que um isomorfismo de tipo - o que leva os psicólogos sociais, que se consideram mais próximos do cânon da cientificidade, não reconhecerem esta aproximação teórica como válida? O que, por seu turno e agora no interior da comunidade moscoviana, voltem a ser traçadas fronteiras entre os que só reconhecem o paradigma experimentalista da influência social, mas não o da TRS. E, entre aqueles, mesmo no interior da TRS, há os que aderem a uma orientação mais genealógica e etnográfica e aqueles que só se sentem confortáveis com o paradigma cognitivista do núcleo central. É certo que SM sempre foi fiel ao “princípio de caridade” dos filósofos, que Leibniz bem resumiu com o célebre lema “je ne méprise presque rien⁵”. Talvez, por isso, este “novo olhar” que SM introduziu, não apenas na psicologia, mas nas ciências sociais, continua a desdobrar as suas virtualidades heurísticas, no entanto não é para mim fácil antecipar em que medida estas aproximações epistémicas, menos baseadas na imaginação sociológica do que na econometria, que a IA tenha tendência a aplicar-se a todas as trocas sociais. Para retomar a questão colocada relativamente às relações entre a noção moscoviana de representação social e a noção bourdieusiana de *habitus*, deve-se, sobretudo a Doise, a proposta de as aproximar. Sabemos também que entre ambos os cientistas sociais não se registou grande empatia ou qualquer ressonância. Tive ocasião de examinar, com algum pormenor, o debate que teve lugar entre ambos em 1981, por ocasião da edição de “L’Âge des Foules” de SM, que publiquei nos Papers on Social Psychology a que não vou aqui voltar. Apenas recordo que já aí propunha que, ainda que distintas, as noções seriam complementares. Certamente que o *habitus* na sua tripla componente, bem analisada pelo nosso saudoso colega Moisés Sobrinho, será sobretudo em termos aídos/ethos que terá uma correspondência no “pensamento natural” de SM, respetivamente em termos do “nível operatório” e do “meta-nível normativo”. Quanto à componente “hexis”,

5. Segundo Ferrater Mora (1968), Leibniz (1646-1716) foi um pensador alemão que se debruçou sobre diversas áreas, e era tido como filósofo eclético, aspirando a ser o herdeiro de uma “filosofia perennis”. Neste sentido, ficou conhecido o seu lema: “Je ne méprise presque rien”, que significa que nada ou quase nada deve ser desprezado; tudo ou quase tudo pode ser integrado e harmonizado.

Bourdieu parece aproximar-se mais da psicologia ao recorrer ao disposicionalismo, com acentos quase comportamentalistas, ao colocar a ênfase nos processos de socialização, que não julgo encontrar qualquer correspondência em SM. Ao comentar a obra-prínceps que é “La Distinction”, de PB, SM lamenta que ele não tenha ido mais longe na tentativa de uma ancoragem não apenas etnográfica, mas sobretudo antropológica, da forma como a formação do gosto é tributária do pensamento social. Como escreveu Fernando Pessoa “a máscara colou-se à cara e quando a quis tirar estava velho”.

MFBA – Quando o Sr. cita o nosso saudoso colega Moisés Sobrinho, não posso deixar de tecer comentários a respeito do esforço que fazíamos à época para refletir sobre Bourdieu e Moscovici, naqueles encontros do Grupo do Rio⁶ (GR), quando o Sr. se refere a ele ao trazer reflexões sobre a *reflexividade* (Jesuíno, 2022). Encontros que ocorreram em seminários em Natal e Rio de Janeiro, e que se desdobraram em produções, organizadas por Abdalla, Domingos Sobrinho e Campos (2018) e Abdalla (2019). Um tempo precioso de reflexões coletivas, e que contávamos com nossos queridos amigos, Moisés e Pedro Humberto, que, agora, já não estão entre nós, mas que nos deixaram diferentes e valiosas contribuições para continuarmos este nosso caminho... Prof. Jesuíno, diante de suas palavras, dos momentos vivenciados por nós e das lembranças positivas que permanecem em nossas memórias, e considerando, também, a linha poética de Fernando Pessoa, que o Sr. tão bem anunciou, pergunto: de que forma Moscovici e Bourdieu podem ainda contribuir para se fazer uma leitura do que está acontecendo hoje no mundo? Gostaria de que refletisse e nos deixasse refletir sobre esta nova geopolítica que se desenvolve a partir da lógica neoliberal, e que está por detrás das políticas públicas orientadas tanto para o norte global como para o sul global? E solicito, também, frente a esse cenário, que explicita a importância da noção de *reflexividade*, em Bourdieu, que foi retomada pelo Professor, em um texto recente (Jesuíno, 2022).

JCJ – Será que SM e PB poderão ajudar-nos a entender melhor os nossos tempos? Assim de imediato, eu diria que sim. São ambos pensadores recentes que nos deixaram não há muito tempo, são ambos cientistas sociais que não se limitaram a cultivar o seu jardim, são ambos cidadãos intervenientes, interessados na sua própria atualidade e com opções políticas e ideológicas relativamente claras, algures situados no centro-esquerda, não radicais. Essa, aliás, uma razão para o interesse em estabelecer confrontos, que levou a atrair o núcleo que a Professora Abdalla ajudou a formar e nos motivou a publicar um conjunto de textos sem que tenhamos esgotado as suas virtua-

6. Ao se referir ao Grupo do Rio (GR), são essas as palavras do Prof. Jesuíno (2002, p. 25): “O Grupo do Rio foi assim denominado pelos pesquisadores, que constituíram o primeiro núcleo: Jorge C. Jesuíno (Portugal), Maria de Fátima B. Abdalla, Moisés Domingos Sobrinho, Pedro Humberto F. Campos, Rita de Cássia P. Lima (Brasil) e Themistoklis Apostolidis (França). Mais recentemente, o Grupo incorporou os seguintes pesquisadores: Agustín Villarreal (Argentina), André Augusto Diniz Lira e Lúcia Villas Bôas (Brasil)”.

lidades. No meu texto “Paralelos” (Jesuino, 2018), procuro situar o confronto no âmbito da sociologia da ciência para a qual ambos os autores deram contribuições significativas, todavia pouco referidas, no debate tradicional que remonta a Popper e Kuhn, e hoje muito atenuado ou mesmo esquecido. A circunstância de, atualmente, integrar um Centro de Investigação dedicado à Filosofia da Ciência, oferece-me um lugar de observação, por superficial e limitado que seja, permitindo concluir que hoje os grandes problemas que se colocam situam-se, por um lado, nas práticas da interdisciplinaridade; e, por outro lado, nos limites da ciência e sobretudo da tecnociência. Mais especificamente, a questão ecológica e os desenvolvimentos registados no domínio da IA constituem os grandes desafios para os quais tanto as comunidades científicas como o senso comum e os decisores políticos se acham estreitamente irmanados, compartilhando as mesmas incertezas ôntico-epistêmicas. Não estou certo, no que se refere à “questão natural”, para usar a fórmula de SM, que tenhamos avançado muito, relativamente à reflexão que este autor desenvolveu de forma profética, o que o levaria a declarar ser essa a questão central do novo século. Vivíamos, então, nos anos 70. Refiro-me, sobretudo, à urgência em tomar consciência do problema e não tanto às possíveis políticas públicas a adotar para controlar a húbriis tecnológica. A abordagem proposta por SM insere-se na sua *teoria das minorias ativas*, que ele não só estudou em laboratório como praticou enquanto ativista, chegando para o efeito a candidatar-se a eleições municipais. SM considerava fundamental mudar de vida e a seu ver a melhor estratégia consistia no que ele designou como atuar pelas margens, ou seja, alertar as pessoas a nível local para os malefícios da poluição e para a necessidade de adotar hábitos mais saudáveis e menos poluentes. Para produzir efeitos, há, todavia, que exercer uma militância que será tanto mais efetiva quanto desencadeada e prosseguida de forma sustentada por grupos minoritários internamente coesos; ou seja, para passarmos a uma linguagem mais atual, grupos identitários determinados, consistentes e, sobretudo, nómicos, ou ainda defendendo causas eticamente legitimadas de que será exemplo a retórica dos Direitos Humanos. Aplicada a fórmula a grupos anómicos, teremos porventura o *modus faciendi* dos grupos terroristas: uma modalidade que SM não examinou e a que talvez seja aplicável a mesma lógica praxica. Os diferentes movimentos a que hoje assistimos do sexismo ao anti racismo enquadram-se com facilidade no modelo teórico proposto por SM. No fundo, segundo julgo, trata-se de introduzir a mudança não a partir das maiorias, ou seja, das elites políticas, de cima para baixo, mas através de movimentos emergindo no espaço público e exercendo pressão através da influência social de baixo para cima. Tal como o seu amigo Alain Touraine, SM não é um homem de partido, preferindo a dinâmica dos movimentos sociais, o que, de algum modo, explica que tenha vindo a desligar-se dos Verdes, quando o movimento adquiriu um carácter partidário, passando de uma estratégia de margens

para os jogos do Centro. Subjacente à questão ecológica, coloca-se, todavia, a questão da positividade, ou seja, qual o cenário ainda que utópico a construir, em que mundo possível queremos viver ou, mais especificamente, o que fazer para evitar as ameaças climáticas provocadas pela ação predatória da natureza pelos humanos na sua fúria extrativista? A questão está longe de ter uma resposta simples, porque justamente não é fácil mudar de vida sobretudo quando isso implica renunciar a hábitos de bem estar e de segurança. Tal como dizia o Presidente Bush (pai): “o estilo de vida norte-americano não é negociável”. O debate sócio político, tal como é bem resumido por SM, opõe à solução liberal, que se traduz em investir mais na tecnologia - em termos de negociação. O que mais importa é aumentar o bolo enquanto metáfora da energia, diversificando as fontes eventualmente menos poluentes; em contrapartida, a solução socialista não se centra prioritariamente no tamanho do bolo, ou seja, nas necessidades energéticas, mas na forma como se procede à distribuição tanto dos seus benefícios como dos seus riscos. Para o pensamento ecologista resta, todavia, saber se o problema não reside tanto na forma como aumentamos e distribuimos o bolo, mas se a receita de como ele é feito não estará envenenada. SM não é, todavia, um pessimista. Face ao caos Hobbesiano, em que atualmente nos situamos em termos de riscos ambientais, SM não aceitaria soluções autoritárias, centralizadas. A sua aposta é pré-ideológica, construtivista, descentralizada, confiante que os múltiplos ativismos identitários já constituídos ou que venham a constituir-se, contribuam para conduzir não à densificação do caos, mas antes à sua superação por via da emergência de novas formas de convivialidade coletiva. Para PB, tal como o entendo e tanto quanto julgo saber, pouco se ocupou das questões ambientais, não seria aceitável esta posição próxima do anarquismo racionalista partilhada por alguns filósofos da ciência como nomeadamente Popper. PB não recusa o alinhamento ideológico e aí, estará mais perto do socialismo distributivo do que do liberalismo integrador. Precisamente, por não recusar o ideologismo, aliado a um escrúpulo epistemológico pascaliano, isso leva-o a introduzir um controlo rigoroso da produção teórica através do exercício da reflexividade, tema que abordo no texto que a Colega generosamente se refere (Jesuino, 2022). Nesse texto, refiro-me a uma passagem de SM, que poderíamos invocar como reserva quanto à possibilidade de uma tal prática da atividade cognitiva, sobretudo quando consideramos o terceiro nível de reflexividade, a reflexividade escolástica, que, na terminologia de PB, consistiria em admitir como possível que observador e observado pudessem coexistir em simultâneo - passear na rua e, ao mesmo tempo, estar a observar-me da janela. Trata-se, de resto de uma questão central que Hofstadter (1979) examina em termos do teorema de Gödel, ou seja, da impossibilidade de um sistema formal se auto-validar. A tentativa que PB faz para exemplificar a aplicação da reflexividade à sua própria autobiografia não parece ir além de uma autocrítica superficial e complacente e contrária ao pouco

crédito que o mesmo PB atribui ao exercício biográfico. Também não será surpresa que PB, diferentemente de SM, assuma uma atitude existencial menos otimista, senão mesmo pessimista, ao conceber o contrato social em termos de um modelo, em que predominam as influências maioritárias e as convergências miméticas de longa duração, reforçado pelos mecanismos de reprodução por via da socialização nos seus sucessivos níveis. Na lógica social de PB, o poder assume um papel muito mais saliente do que em SM. Sobretudo, o poder enquanto *violência simbólica*, porventura uma das contribuições mais heurísticas que, segundo julgo, PB deriva da leitura de Max Weber e Karl Marx. Entende PB por violência simbólica a que é exercida sem ser sentida como tal. No fundo a que corresponde à legitimidade, à aceitação das normas e das regras como quase naturais. Práticas quotidianas que levaram a aceitar que a homossexualidade fosse um crime ou que as mulheres não tivessem direito a voto. O *habitus* é constituído por esse complexo de normas sociais e mesmo de disposições corporais tornadas automáticas ao serem como que naturalmente atraídas para o que será também designado por “zona da indiferença”. Como é então possível que a mudança social tenha lugar, ou seja como é possível aquilo a que muitos chamarão progresso? Seja por via económica, tecnológica ou apenas social, ou pela sua combinatória complexa, a mudança será por via de regra incremental, mas no que se refere à deslegitimação das normas aparentemente legítimas, da denúncia da violência simbólica, será difícil negar o papel desempenhado pelas minorias ativas, senão mesmo pela dissidência de um só, seja ele Soljenítsin (2017) ou mais perto de nós Greta Thunberg, que corajosa e persistentemente, pela primeira vez, denuncia o erro e apela à mudança, sobretudo, quando essa voz solitária começa a ser ouvida e a ser seguida.

MFBA – Com base no que acabou de falar, ou seja, na denúncia da violência simbólica e no papel das minorias ativas ou na “dissidência de um só”, seja por Soljenítsin (2017), ou mesmo, Greta Thunberg, o Sr. poderia tecer alguns comentários sobre essas guerras que acontecem no mundo atual, em especial, a respeito do genocídio na Faixa de Gaza e em Israel nestes últimos dias? Neste sentido, há uma frase de Moscovici⁷ (2011), que reproduzo aqui, para que possamos pensar a conjuntura atual das guerras que nos são impostas. Trata-se da seguinte afirmação: “A credibilidade é, portanto, o principal problema da dominação” (Moscovici, 2011, p. 306). Qual o seu olhar sobre as crenças que geram esse tipo de violência? Por que nos sentimos tão impotentes frente a tudo isso? Há caminhos de superação a este sofrimento social que, a cada dia, aumenta?

7. A frase foi retirada do livro, traduzido para o português com o título “A invenção da sociedade: Sociologia e Psicologia” (MOSCOVICI, 2011); e, em francês, intitula-se “La machine à faire des dieux - Sociologie et Psychologie” (MOSCOVICI, 1988).

JCJ - Retomo o nosso diálogo agora para trocarmos ideias sobre as guerras em curso e, em especial, a que tem lugar em Gaza que adquiriu maior relevo. Hoje, 7 de dezembro de 2023, dois meses depois do ataque terrorista que o Hamas fez em território israelita provocando cerca de 1400 mortos e 250 reféns. Entretanto, dois meses depois, já assistimos à invasão da Faixa de Gaza pelo FDI (Forças de Defesa Israelita) com ocupação do terreno, centenas e centenas de bombardeamentos, cerca de 15.000 mortos, uma breve trégua de três dias para troca de reféns por prisioneiros palestinos na proporção de 1 para 3, com retoma dos bombardeamentos na Zona Sul do Território. Refiro tudo isto sem grandes pormenores limitando-me ao que tem sido objeto da informação a que tenho acesso. O tema continua na ordem do dia dando lugar a extensos comentários, remetendo com frequência para uma história complexa que nos faz recuar à Primeira Guerra Mundial e à reestruturação do que restou do Império Otomano. Subtilmente somos obrigados, talvez seja esse o único aspeto positivo, a voltar aos bancos de escola e reabrir o compêndio de história universal. Mas muito desse esforço é-nos poupado pelo trabalho dos comentadores, alguns deles académicos bem informados que os media atualmente nos proporcionam. O lado suspeito é que muita dessa informação seja parcial e enviesada não ajudando a formar um quadro suficientemente claro de uma situação, que mesmo sem ruído se afigura viciada e impossível à partida. Numa das muitas análises que tenho seguido, recordo um painel de historiadores ingleses na BBC, em que o imbróglio é resumido em termos da parábola do mesmo cavalo vendido a dois compradores, retirando-se o vendedor do inevitável conflito sem solução, que daí irá resultar. Apenas que o cavalo é aqui um território com uma história milenar ocupado por povos em constante turbulência apenas interrompida por um período de saudável convivência não obstante a diversidade de culturas e credos religiosos. O cavalo da parábola é aqui o território da Palestina sendo o vendedor a Inglaterra, o contrato os Acordos de Balfour e os compradores, os israelitas e os palestinos que, em parte, já partilhavam o mesmo território durante o período otomano, ainda que os judeus em percentagem, pouco expressiva, situação que vai tornar-se progressivamente explosiva a partir do fim da Segunda Guerra Mundial com o trauma do Holocausto e a criação do Estado de Israel. Após toda uma série de sucessivos conflitos, guerras e tentativas de negociação com vista à criação de dois Estados, obstaculizada por ambas as partes e sucessivamente falhadas, chegamos à atual Guerra na Faixa de Gaza. O Estado de Israel tem sido sempre vencedor e daí ter alargado o seu domínio territorial e transformado o Povo Palestino numa minoria étnica de refugiados e de apátridas divididos entre si. A faixa de Gaza é uma estreita faixa litoral de 30 km de extensão e 11 km de profundidade onde habitam 2.5 milhões de palestinos. A superioridade de Israel em termos económicas e militares e o apoio de que sempre beneficiou dos EUA, bem como das potências ocidentais culpabilizadas pelo

anti-semitismo de que os judeus foram vítimas durante séculos, leva a que o desequilíbrio entre as partes seja da ordem do zero ao infinito. De ex-David da lenda Israel tornou-se o Golias, mas um Golias tornado invulnerável às pedras desesperadas das Intifadas. A forma como estou a resumir, o modo como contextualizo esta Guerra já de si pode ser interpretada como sofrendo de algum enviesamento da minha parte. E é certo que tenho tendência a tomar partido pelos mais fracos, neste caso, pelos Palestínianos. Já quando era adolescente preferia que fossem os índios a ganhar as guerras do FarWest, embora raramente tal acontecesse. Recentemente, nos areópagos políticos norte-americano, foi aprovada uma disposição segundo a qual passa a ser lícito considerar que o antisionismo é uma variante do antisemitismo. Ao ler a notícia fiquei indignado, mas até posso encontrar alguma justeza nessa nova interpretação. O movimento sionista é o que leva à fundação de um Estado para a Nação Judaica, uma nação que através da história fora condenada a não ter história. Não é caso único, mas foi o que adquiriu maior saliência. É certo, por outro lado, que nem todos os judeus são sionistas e que muitos continuam dispersos pelo mundo e se distanciam do que tem sido a trajetória do Estado de Israel nos seus 75 anos de existência. Nesta perspectiva teria justificação distinguir o judaísmo do sionismo. Mas se entendermos o sionismo enquanto direito dos Judeus a constituírem-se como um Estado, podemos também entender que negar tal direito poderia ser traduzido por discriminação e antisemitismo. A questão político-jurídica que se coloca é a das condições de possibilidade, nos tempos modernos, de partir de uma nação e fundar um estado se por estado entendermos a soberania exercida num território com fronteiras bem definidas. Voltamos ao cavalo e aos dois compradores, mas aqui a solução afigura-se teoricamente mais complexa. Mudando de metáfora poderíamos invocar o dilema de Sofia forçada a escolher qual dos seus dois filhos poderá sobreviver. Se examinarmos os Mapas da Região em causa no Médio Oriente desde os acordos iniciais até aos dias de hoje, podemos verificar como a divisão inicial que consagrava cerca de 50% a cada uma das partes foi sucessivamente aumentando a favor de Israel, reduzindo os Palestínianos a ocupantes minoritários e indesejáveis. Sabemos que as responsabilidades, chamemos-lhe históricas, são repartidas. O reconhecimento formal do estatuto de Estado só veio a ter lugar para Israel enquanto que para a Palestina foi adotada a figura pouco clara de Autoridade com uma soberania forçosamente limitada, além das divisões internas que ocorreram no interior da sua própria comunidade, dando lugar à emergência do partido radical do Hamas, que governa na Faixa de Gaza e agora no centro do problema. O Hamas tem sido demonizado e classificado como organização terrorista, mas esquecemos que os próprios pais fundadores de Israel foram terroristas, como esquecemos que o terrorismo surge em situação extrema enquanto último recurso dos desesperados para tornar visível a sua causa. Recentemente, segui na TV uma entrevista a um

escritor norte-americano que vive em Israel, Nathan Thrall⁸, que me pareceu resumir bem a situação no que ela tem de trágico e definitivo, levando-me a ter de aceitar como incontornável que a razão da força acaba sempre por vencer a força da razão. Neste caso, como possivelmente em muitos outros, a situação será, todavia bem mais difícil dado que a assimetria entre a razão e a força raramente será um jogo de soma nula. Ao entrarmos nos jogos de linguagem, que têm por tema a dominação, faz todo o sentido recorrermos à citação de Serge Moscovici que a minha Amiga propõe. Permita-me aqui um pouco de contexto. A ideia de associar a credibilidade à dominação é sugerida no interior de uma reflexão que SM leva a efeito na sua obra “La Machine a faire des Dieux” sobre quatro pais fundadores da sociologia – Emile Durkheim, Marcel Mauss, Max Weber e Georg Simmel, defendendo a tese subtil que a racionalidade sociológica está sempre ligada à racionalidade psicológica. Será porventura Max Weber o sociólogo mais próximo da psicologia social pelo papel que confere à subjetividade na legitimação dos poderes de governação. Credibilidade significa isso mesmo, ou seja, corresponde à legitimação do poder. A leitura que SM propõe do argumento de Weber é, todavia, muito original. Weber distingue três modalidades de legitimação - carismática, tradicional e racional legal. A proposta de Weber é taxonómica, estática e como bem sabemos as tipologias são o grau zero da teoria. SM transforma esta classificação num processo genealógico em que as três modalidades se articulam dinamicamente numa narrativa e, nessa narrativa, o momento carismático é o que assume um papel decisivo na estabilização dos conflitos sociais. Já, quando examina na obra anterior “L’Âge des Foules” (Moscovici, 1985), a relação carismática entre líderes e seguidores, SM atribui uma irreduzível - racionalidade ou mesmo irracionalidade - na adesão das massas e no fenómeno da obediência generalizada e consentida. A legitimação significa essa aceitação do poder que a torna distinta da legalidade baseada na razão e expressa na lei. Um regime normal é aquele em que a legalidade e legitimidade coincidem, é também aquele que a tradição consagra, tradição essa que de algum modo suprime a crítica, outra observação que SM introduz e que poderá surpreender ou chocar a uma primeira leitura. Mas basta lembrar que, por exemplo, a homossexualidade enquanto crime condenável já foi uma dessas verdades que não se discutem, que se aceitam como legítimas e não negociáveis. A mudança social, tema, como sabemos, caro a SM, resulta da voz minoritária, por vezes de um só, que denuncia o absurdo de tais dogmas e logra iniciar o processo de deslegitimação que, quando bem sucedido, conduz à mudança racional da lei. Nem sempre a mudança social terá lugar a partir destes processos ascendentes das vias minoritárias que poderíamos designar como

8. Nathan Thrall é um autor americano, ensaísta e jornalista que mora em Jerusalém e que foi autor do livro “A Day in the life of Abed Salama: anatomy of a Jerusalem Tragedy”, considerado o melhor livro de 2023 por diversas mídias, como “The New Yorker”, “The Economist”, “Time”. “The Financial Times”, dentre outras. Algumas das entrevistas com este autor estão disponíveis em: <https://www.google.com/search?q=interview+with+nathan+thrall+youtube&og>.

momentos carismáticos de baixa intensidade. A história oferece-nos exemplos de mudanças de carácter mais catastrófico e metamórfico, em que o carisma revolucionário de alta intensidade recupera a ordem posta em causa pela luta de todos contra todos. A leitura de Serge Moscovici (2011) parece-me muito consequente e o seu conceito de legitimidade enquanto credibilidade muito próximo do conceito de violência simbólica de Pierre Bourdieu que a Professora bem conhece e sobre o qual já muito conversamos.

MFBA - Também, concordo com suas colocações, Prof. Jesuíno. Dos pontos tratados, nesta sua fala, gostaria de colocar o acento em, pelo menos, dois. O primeiro tem a ver com a questão dos conflitos que acabam por mudar o cenário político-social mundial por meio da violência não só simbólica, mas física, como estamos vendo acontecer. E, com isso, pensar naquilo que Moscovici (2011, p. 100-115) nos ensinou sobre o *conflito* como “ponto crucial da mudança”, e, ao mesmo tempo, “o que dá origem à incerteza” (p. 108). E o segundo ponto que o Sr. falou, quando se expressou a respeito do conceito de *legitimidade* enquanto credibilidade, e que está muito próximo do conceito de *violência simbólica*, de Bourdieu. Compreendo, também, essas noções entrelaçadas, em especial, quando Bourdieu (2014) tece reflexões a respeito das *relações de força*, afirmando que as mesmas giram em torno da crença e da obediência, e determinam e adensam a *violência simbólica* (e até física, como observamos não só nestas guerras, mas também nas diferentes situações cotidianas). Essas relações se estabelecem, segundo ele, via *relações de comunicação* e de *sentido* para os sujeitos em interação, configurando, assim, seu espaço social, de dominantes e dominados: “Posto que as *relações de força* são inseparáveis das *relações de sentido* e de *comunicação*, o dominado é também alguém que conhece e reconhece” (Bourdieu, 2014, p. 228, tradução e grifos nossos). Esse ato de conhecer e reconhecer desencadeia o que Bourdieu (2014) denomina como “atos de submissão e de obediência”, que, como tais, explicita o autor, “[...] ativam estruturas cognitivas de percepção, esquemas de percepção, princípios de visão e divisão, todo um conjunto de coisas que a tradição neokantiana põe em primeiro plano” (p. 229, tradução nossa). O que o Professor acha a este respeito?

JCJ - Poderíamos ir mais longe e sugerir que o poder sempre, em última análise sustentado pela força, tende a sublimar-se nas modalidades mais subtis da influência persuasiva ou da tradição cultural que reforça e conforta a identificação comunitária. Voltamos a Gaza. Em que medida podemos recorrer a esta arquitetura conceptual para melhor entendermos o que por ali se passa? Convenhamos que não será fácil. Como se reportam aí as narrativas da legitimidade e da legalidade nas crenças alicerçadas na razão e das crenças que pouco terão a ver com a razão? Como opera a razão nessa história, perguntaria Hegel? Acresce para complicar ainda mais o quadro, estarmos em presença de comunidades fundadas na religião, contribuindo para a emergência de lí-

deres carismáticos mais totêmicos do que mosaicos, para utilizar uma outra heurística distinção introduzida por SM. Ou seja, entre líderes que fazem mais apelo à razão da força - as imagens totêmicas; e os líderes que por seu turno fazem mais apelo à força da razão ou seja - à razoabilidade dos modelos que propõem. Não tenho uma visão otimista quanto ao futuro da Humanidade. Verifico, por um lado, o enorme avanço que a ciência e a tecnologia nos têm oferecido, garantindo condições de vida incomparavelmente melhores; mas, por outro lado, que o mesmo não poderemos dizer no que se refere aos contratos sociais, abrindo para um mundo globalmente mais justo e equilibrado. Mas reconheço que há autores, e estou a pensar no psicólogo, agora filósofo Steven Pinker (2012), que defende números a apoiar, que vivemos num mundo cada vez menos violento e que poderemos vir a alcançar a famosa paz perpétua aspirada por Kant. Tenho, todavia, dificuldade em aceitar que assim seja, bastando ter em conta os orçamentos militares, os quais me levam a aceitar a cínica inversão da fórmula de Clausewitz⁹ (1984), ou seja, que a política não é mais do que a continuação da guerra por outros meios.

MFBA - Pensando, agora, nas políticas educacionais, pergunto ao Professor: quais seriam, em seu ponto de vista, os aspectos principais das políticas educacionais em Portugal? Elas se diferenciam das políticas educacionais quando o Sr. era estudante ou um jovem professor? É possível citar alguns aspectos que considera importante?

JCB - As políticas educacionais em Portugal acham-se atualmente alinhadas com as políticas europeias, orientação essa que se acentuou com a adesão ao chamado Tratado ou Processo de Bolonha, firmado em 1999 por 29 países, enquanto iniciativa para unificar os sistemas de ensino superior em todo o bloco europeu, concretizando o chamado Espaço Europeu de Ensino Superior. Na altura em que o tratado foi assinado houve muitas críticas suscitadas pelo receio de abaixamento dos níveis de exigências. O sistema introduziu três níveis no ES designado 3:2:3, ou seja, um primeiro nível de licenciatura (ex bacharelato) de três anos, um segundo nível de mestrado de dois anos, e um terceiro nível de doutoramento de três anos. O sistema do ES é, por outro lado, dual, operando igualmente Institutos Politécnicos que, inicialmente, só davam acesso ao bacharelato e, atualmente, também ao grau de doutor. O caso do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), onde exerci a minha atividade seguiu uma trajetória atribulada. Fundado em 1972, o ano da reforma introduzida já no final

9. Para maiores esclarecimentos, consulte a obra "Da Guerra", de Carl von Clausewitz (1984), em especial, o ensaio introdutório de Peter Paret, que, ao comentar sobre "A Gênese de Da Guerra", na edição de 1984, faz um breve comentário sobre a célebre frase de Clausewitz: "A guerra não é um fenómeno independente, mas a continuação da política através de meios diferentes. Consequentemente, as principais linhas de todo plano estratégico de vulto são em grande parte políticas em sua natureza, e o seu carácter político aumenta à medida em que o plano se aplica a toda a campanha e a todo o Estado" (p.6, grifos do autor). Disponível em https://www.academia.edu/13807240/Da_guerra_carl_von_clausewitz. Acesso em: 02 fev. 2024.

do regime, começou por ser um instituto integrado na Universidade Nova de Lisboa criada na mesma data, e, com as perturbações da Revolução de Abril, de 1974, acabou por ser excluída daquela universidade e dispor do estatuto anómalo e único de ensino superior não integrado, ou seja, sem qualquer tutela de universidade ou de politécnico, e na dependência direta do Ministério do Ensino Superior. A situação veio a ser corrigida ao longo destas cinco décadas e hoje o ISCTE tem o estatuto de Instituto Universitário de Lisboa (IUL), sendo frequentado por mais de 10.000 alunos e oferecendo cursos de qualidade nas áreas das ciências de gestão, ciências sociais e tecnologias. Na altura da adesão ao Tratado de Bolonha, eu já era docente universitário precisamente no ISCTE, e fui dos que receei que o novo regime poderia traduzir-se numa massificação do ensino superior e conseqüente perda de qualidade. E, na verdade, pude verificar que as exigências tanto em provas de mestrado como de doutoramento baixaram de forma sensível, mas hoje em dia não estou certo de que tenha sido um erro. Pelo contrário e do ponto de vista do sistema competitivo e meritocrático que nos governa, a reforma acabou por se revelar um êxito e um passo importante para a globalização. Não que o sistema anterior que conheci fosse menos meritocrático, mas, atendendo às políticas mais restritivas, acabava por reduzir a base de recrutamento. Portugal era vítima de um regime designado por Estado Novo, que durou quase meio século só sendo derrubado com a Revolução de Abril de 1974, ou seja, há cinquenta anos. Hoje já podemos dizer que temos mais tempo de democracia do que tivemos de ditadura. Mas a herança do Estado Novo em termos de políticas de educação foi muito pesada. O regime nunca estimulou o ensino, os níveis de iliteracia e, inicialmente, até de analfabetismo, colocavam-nos na cauda da Europa, situação que só começou a alterar-se já no final do regime com reformas sucessivas do ensino tanto ao nível básico, como secundário e superior. Atualmente, o ensino básico é gratuito e obrigatório envolvendo três ciclos. Primeiro ciclo de quatro anos, segundo ciclo de dois anos e terceiro ciclo de três anos. No final do ensino básico os alunos são adolescentes entre os 12 e os 15 anos. O ensino secundário é também obrigatório e está organizado num ciclo de três anos e visa, essencialmente, propor o acesso ao ensino superior. Todo este sistema é muito diferente do que eu conheci quando era aluno, desde logo no que designávamos de instrução primária, que durava 4 anos, do liceu que durava 7 anos e, finalmente, a Universidade, onde se cursavam licenciaturas, sendo raros os doutoramentos. Ao nível do secundário havia escolas profissionais, os chamados Cursos Médios com a duração de 5 anos. O ensino em Portugal é sobretudo público, constituindo mesmo um direito consagrado na Constituição. Durante o antigo regime em que a oferta era restrita, existiam apenas três universidades exclusivamente públicas. Hoje, existem doze universidades públicas e quatro universidades privadas. O ensino privado anteriormente restringia-se ao ensino secundário, era elitista, tradição essa que se mantém

nos dias de hoje. A ideia corrente é que, ao nível do secundário, o privado oferece melhor qualidade, invertendo-se a situação ao nível do ensino superior. Atualmente, os docentes do secundário público têm mostrado o seu descontentamento através de greves e manifestações consecutivas dadas as condições de trabalho e, sobretudo, os baixos níveis salariais que auferem. Estou a simplificar muito, mas não se justifica multiplicar pormenores fastidiosos. Posso, todavia, acrescentar a título muito sumário que Portugal pode ser considerado um caso de sucesso, no que se refere a políticas educacionais, se para tal adotarmos o critério dos indicadores estatísticos numa lógica de *benchmarking*. Permita-me que indique que, entre 2000 e 2022, a população entre os 20 e os 34 anos com ensino superior passou de 11,1% (um dos mais baixos da União Europeia) para 43% superando a média europeia; a taxa de abandono escolar era de 43,7% (a mais alta da EU) para 6% (uma das mais baixas). Também, na área da ID, o progresso é notável sendo as despesas sobre o PIB passado de 0,1% para 1,73%, o que em termos de subida coloca Portugal acima de toda a Europa do Sul. Mas permita-me ainda que insista na denúncia do critério economicista adotado como pensamento único para avaliar a educação e que tanto relevo atribui às práticas de avaliação subjacentes, tanto aos *rankings* das Instituições, como aos desempenhos individuais tipo PISA. Possivelmente, sempre reagi às práticas meritocráticas que estão na base do nosso sistema educacional, meritocracia aliás distorcida pela desigualdade à partida como Bourdieu e Passeron (2014) bem denunciaram. Mas mesmo que tal não fosse o caso, nem por isso se reduziria a acentuação das desigualdades se não à partida pelo menos à chegada, incentivando a perversidade do *homo hierarquicus*, já denunciada por Max Weber. Mas embora preferindo, pelo menos em teoria, as utopias extremas dum Ivan Illych – numa sociedade sem escola – e não me restando alternativa, acabei por colaborar com o sistema, dando-me, todavia, conta e mais uma vez recorde Bourdieu, a avaliação não é de forma alguma aquilo que os professores qualquer que seja o nível mais apreciem, constituindo como que uma violência simbólica aceite com relutância enquanto mal necessário. De resto parece mesmo reforçar-se a tendência para externalizar os sistemas de avaliação desse modo, libertando a função de docência desse ónus e, assim, permitindo que se dedique à sua função mais enriquecedora.

Por último, não posso deixar de referir à revolução a que pude ainda assistir e mesmo participar com o advento da digitalização, que veio alterar profundamente as práticas pedagógicas, levando mesmo a colocar a questão que entrou no debate quanto ao futuro do papel e utilidade do professor designadamente ao nível superior. Essa era uma questão inconcebível nos tempos em que fui aluno e mesmo ao longo da minha carreira docente. E já depois de me retirar, observo agora como espectador atônito as surpresas que a generalização da IA nos traz.

MFBA – A partir dessas suas observações, gostaria de voltar a um de seus textos, datado de 2014, em que o Sr. discute que “Ser professor não é fácil”. E, logo no resumo deste texto, o Sr. nos instiga, quando diz: “O exercício docente depende tanto das suas características disposicionais e dos constrangimentos situacionais, como também dos factores sistêmicos das políticas e culturas pedagógicas” (Jesuino, 2014, p. 29). Poderia explicitar melhor essas suas palavras? O Sr. se recorda de algum episódio de sua vida escolar e/ou profissional que tenha sido marcante e tenha, de certa forma, exercido influência em suas escolhas e decisões profissionais? E, nesta direção, quais têm sido os efeitos das políticas e das culturas pedagógicas em suas maneiras de ser e estar na profissão de professor e de pesquisador?

JCJ - O texto que refere - “Ser professor não é fácil” - que tem já alguns anos, é um capítulo de um livro editado pela colega Susana Caldeira da Universidade dos Açores, dedicado às questões de disciplina e sobretudo da indisciplina em âmbito escolar. De algum modo a minha ideia era prestar homenagem à difícil tarefa de ensinar e, mais do que ensinar, a formar que cabe sobretudo aos professores dos níveis básico e secundário. No ensino superior tal tarefa torna-se bem mais simples dada a menor atenção e sobretudo à atitude um pouco arrogante dos universitários que os leva a considerar que na Universidade não se ensina apenas se aprende. É certo que com a massificação nos deparamos hoje com transições menos bruscas além de que a adultidade tende a começar mais tarde, e daí os primeiros anos das licenciaturas se assemelharem, por vezes, a prolongamentos do secundário, nem sempre assumindo as proporções alarmantes que vemos descritas na literatura e no cinema. Na minha experiência, e a começar por mim próprio, à medida que adquirimos senioridade tendemos a dedicar-nos exclusivamente, aos mestrados e doutoramentos e a evitar as licenciaturas e, sobretudo, os primeiros anos.

No meu texto procuro tematizar a docência no quadro da psicologia social da liderança e recorro a Kurt Lewin que me parece continuar atual, não obstante as oito décadas passadas sobre as suas experiências pioneiras. Bem, podemos dizer que a psicologia social experimental ao fazer da sala de aula um laboratório em que os sujeitos experimentais são os alunos, o tratamento experimental à manipulação efetuada através de um professor cúmplice, terá tido aí o seu modelo paradigmático. Kurt Lewin, judeu alemão exilado nos USA, nos anos 1930, estava interessado em denunciar o autoritarismo que veio a grassar nos fascismos europeus, contrapondo-lhe as virtudes da democracia a não confundir, todavia, com a anarquia neoliberal que, na altura, dava pela designação de *laissez-faire*. A sala de aula era para o cientista alemão um microcosmo onde diferentes dinâmicas comunicacionais no exercício do poder e influência podiam ser ensaiadas. Os resultados das experiências que realizou, juntamente como os seus colaboradores Ronald Lippit e Ralph K. White, vão constituir os fundamentos da *dinâmica de grupo* de que a sala de aula é uma modalidade. E, mais especificamente, tais

resultados claramente sugerem que as práticas democráticas na escola, como via relacional, não são inferiores em termos de produtividade, oferecendo para além do mais a vantagem de acrescentar o inestimável valor de incentivar a liberdade e, através dela, a capacidade para colocar interrogações e encontrar soluções novas. Ainda hoje podemos, por exemplo, seguir as críticas dirigidas aos métodos confucionistas que divinizam o professor como sendo um obstáculo à capacidade de ir além do trabalho de imitação por muito eficiente e perfeita que seja. Dada a experiência que tive oportunidade de ter, durante vários anos com alunos chineses, tanto em Macau como em Cantão, e também como supervisor de teses de mestrado e doutoramento, eu não seria tão extremo a considerar que os orientais se limitam a imitar sendo incapazes de inovar. Tudo isso já está anunciado nas experiências de Kurt Lewin, nos anos 30 do século passado. O texto fica por aqui, mas é certo que podemos ir mais longe em termos de enquadramento. Como a Colega de resto concordaria, convém explicar o que entendi aqui por “fatores sistémicos das políticas e culturas pedagógicas”, que me limitei a enunciar. Podemos aplicar a via reflexiva, reclamada por Pierre Bourdieu (2022), e examinar o paradigma da dinâmica de grupos num contexto mais alargado, ou seja, no contexto do pragmatismo filosófico de John Dewey e de William James, que Kurt Lewin veio a encontrar na Universidade norte-americana e que, de algum modo, viria a adotar. Opera-se aqui uma mudança, uma transição, do anterior paradigma genético dos “campos de força” para o paradigma funcionalista dos efeitos e das consequências dos comportamentos e dos agentes. Fiz já referência, anteriormente, a estes diferentes modelos epistémicos para enquadrar o fenómeno da liderança e não será menor mérito de Kurt Lewin ter mostrado como é possível movimentarmo-nos em ambos, não havendo aí contradição, mas, na melhor das hipóteses, complementaridade. Será igualmente o caso de Serge Moscovici, como já tive ocasião de sugerir, igualmente ágil em mudar de paradigma, consoante a natureza do problema que tematiza, uma como que *polifasia* metodológica. O paradigma funcionalista traduz-se de algum modo numa redução da pedagogia à didática, à identificação das técnicas que se traduzem em melhores resultados na transmissão dos saberes e das competências. O seu acento é fortemente cognitivista e algorítmico, colocando entre parêntesis os valores e as ideologias. Já Nicolas Condorcet preconizava que o ensino público se deveria limitar a instruir, ou seja, a ensinar verdades de facto, com métodos neutros, e nunca “educar”, ou seja, dar indicações sobre o que seja a vida boa ou os valores. Sabemos, porém, que esta exigência da neutralidade acaba por ser ilusória, já que os valores são incontornáveis, por muito que pretendamos ignorá-los, ou pô-los entre parêntesis. E mesmo no caso da apologia da via democrática no paradigma funcional de Lewin, não se trata de abrir a discussão a todos os horizontes, mas apenas no domínio estrito e interno das positividades. Estas questões, no seu aparato aparentemente abstrato, adquirem atualmente

um particular relevo em virtude da hegemonia do cognitivismo, que ameaça fazer economia de qualquer mediação axiológica. Estarei porventura a dramatizar competindo-me reconhecer que não teríamos ainda chegado a tal extremo e que o simples facto de o reconhecermos como possível poderá contribuir para o evitar. Aqui sigo a ideia do “catastrofismo iluminado”, de Jean-Pierre Dupuy, de certo modo semelhante à aposta de Blaise Pascal, ou seja, que é sempre aconselhável acreditar em Deus. Como é sempre aconselhável não ceder ao *nihilismo* e ao cinismo continuando a tentar encontrar linhas de fuga e dispositivos corretores por provisórios que sejam. E, neste aspecto, a reflexividade que convida a contextualizar e a relativizar é a mesma que levou Serge Moscovici a mostrar-nos que aquilo que são minorias no laboratório de Asch se transformam em maiorias, uma vez abatidas as janelas e portas da caixa negra para a situar no jogo ecológico dos contextos que nos conduzem, e voltamos à sala de aula, da sala à escola, da escola à cidade, da cidade à Nação, no plano sincrónico, mas igualmente no plano não menos abismal da diacronia. Sob este último aspeto, passo ao desafio que me coloca, para falar da minha própria experiência, das razões que condicionaram as minhas escolhas profissionais e, ainda, dos efeitos das políticas e melhorias pedagógicas nas minhas práticas docentes. O mais longe que consigo recuar na memória coloca-me em Lisboa, em 1940, numa escola pública a assistir a um mestre escola que perante nós humilhava um pobre aluno batendo a cabeça dele no quadro negro, gritando “aprende, estúpido, aprende”! A criança não chorava, não reagia, o que não menos me impressionou na altura, como ainda hoje, já que a cena ficou gravada enquanto “memória relâmpago” (FBM) e que hoje seria dificilmente possível no contexto cultural em que vivemos. A escola há muito que deixou de ser a instituição disciplinar que autores como Erving Goffman e Michel Foucault tão bem descreveram. Retenho esse olhar retrospectivo para me convencer que o conceito de progresso, mesmo no domínio dos valores e da presunção da dignidade, faz algum sentido. Da passagem pelo liceu e posteriormente tanto pela escola Naval como pela Universidade não guardo muitas memórias exemplares, mas apenas as de alguns raros mestres mentores carismáticos que ficam para sempre conosco. Tal é o caso do meu professor de matemática - Nicodemos de Sousa Pereira, que seguiu durante os meus sete anos de liceu, ou do Mestre de Educação Física, José Esteves, nos meus anos terminais, que nos ensinou a cidadania e com ele continuamos a conviver em almoços anuais até ter falecido já com 93 anos de idade. Da Universidade recordo sobretudo o Padre Jesuíta Manuel Antunes, que deixou obra, ou ainda o espanhol Oswald Market a quem ficamos a dever a passagem à maioria do ensino da filosofia e na nossa universidade Lisboa o que sucedeu em 1963. O contexto político-cultural em que vivi a primeira metade da minha vida, submetido como todos nós estivemos a uma mediocridade atípica deliberada, não ajudava e apenas incentivou um auto-didatismo clandestino com consequências e traumas de que nunca

verdadeiramente me libertei e que poderá de algum modo explicar muitas das limitações nos trabalhos que vim a realizar. É sobretudo na segunda parte do meu percurso que no meu país se abrem as portas para as ciências sociais como para a filosofia contemporânea e onde entro, já tardiamente, compensando as lacunas de uma preparação insuficiente, agora adultamente motivado e respondendo a uma curiosidade insaciável, mas nem sempre isenta de diletantismo. Considero em todo o caso ter sido benéfica a passagem pela filosofia, por superficial e medíocre que tenha sido a formação oferecida, na medida em que sempre me ajudou a não esquecer ser ela a matriz, donde se procuram emancipar as ciências sociais, o que de resto conseguem em tanto maior grau quanto mais dessa matriz se sentem afastadas. Procurei seguir justamente o caminho contrário e daí, em grande parte, a aposta epistemológica baseada numa interdisciplinaridade mais dialógica do que dialética, restando, todavia, saber se tal discurso terá um mínimo de força ilocucionária.

MFBA - Prof. Jesuíno, com a pretensão de discutir, neste momento, as culturas pedagógicas e escolares, não faz muito tempo que ficamos sabendo, por uma notícia de jornal¹⁰, que “brasileiros decidem voltar após maus-tratos a filhos em escolas de Portugal”. O que o Sr. pensa sobre essa questão de “maus-tratos físicos e psíquicos” contra crianças, em especial, quando se está em uma Escola e nos tempos atuais? Como acolher as crianças estrangeiras e integrá-las à cultura escolar e do país? Como tratar de casos de violência simbólica e até física? O que está por detrás de atos xenófobos?

JCJ - As questões que a seguir me coloca, sobre o regresso ao Brasil de familiares brasileiros residindo em Portugal por virtude dos maus tratos dos filhos nas aulas, enquadram-se na conversa que estamos a ter sobre políticas pedagógicas. Parece voltarmos, e a minha surpresa é grande, ao quadro que descrevi anteriormente do professor primário a humilhar a criança provavelmente mais rebelde do que desatenta ou menos dotada. Talvez, neste caso das crianças brasileiras, a agressão seja mais verbal do que física, mas a situação seria similar. Este é também um exemplo em que não podemos isolar a escola do contexto e, neste caso, de um contexto muito atual e diferente do que vivi neste país, nos anos 1940, onde ainda não havia uma população multiétnica, nem problemas racistas daí decorrentes. Recordo que, nos sete anos de vida liceal, conheci apenas dois colegas negros em anos diferentes com os quais as relações eram normais, embora conhecesse as queixas que eles nos faziam do martírio que era o trânsito da residência para a escola, tantas vezes eram vítimas do assédio sobretudo de adolescentes como eles com que se cruzavam. Entre nós, porém faziam parte da família, constituíam

10. Tal notícia está disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2023/11/01/os-castigos-e-maus-tratos-a-brasileiros-nas-escolas-de-portugal.htm>.

exemplos típicos do que a literatura descreve em termos de “tokenism” (exemplar único). A notícia que a Colega refere publicada nos media sobretudo brasileiros, mas também portugueses, bem como amplamente documentada em vídeos com testemunhos diretos, por empolados que estejam, o que aliás se for o caso teriam razão para tal até pela gravidade do que denuncia, introduz um alerta que se espera contribuir para uma correção de situações indesejáveis. Não creio, porém, possível alimentar grandes ilusões quanto à celeridade de tais correções, dada a extensão do problema de que a escola será apenas um entre outros sintomas de desencontros sociais de que os tempos modernos são pródigos. Para introduzir um mínimo de contexto recorro ao relatório anual, recentemente publicado, do Observatório das Migrações, segundo o qual o número de imigrantes brasileiros é de 239.774, sendo de admitir que, com os indocumentados, atinja cerca dos 400.000. Note-se que, em 2005, ou seja, há menos de 20 anos, o número de imigrantes brasileiros era de 47.284, o que parece corresponder a um salto quase exponencial. Tal como os portugueses, os brasileiros tendem a emigrar sendo que 1% da população brasileira se encontra fora do País. A escolha de Portugal como destino tem sido interpretada em parte como entrada na Europa a que acresce a facilidade da língua aliada ao mito, dirá Eduardo Lourenço da *comunidade luso-brasileira* a ocultar um relacionamento problemático e sobretudo muito complexo. Para voltarmos à questão de partida, acham-se atualmente matriculadas 75.000 crianças brasileiras em escolas portuguesas, entendendo-se aqui, oficialmente, por crianças, os anos de escolaridade básica e secundária até aos 18 anos. As queixas dos pais que têm levado em alguns casos a regressar ao Brasil - eles que tinham resolvido emigrar por pensarem encontrar aqui melhores condições, nomeadamente no que se refere a maior segurança e melhor nível de educação - consistem nos maus tratos que podem ir aos extremos das agressões físicas, não apenas de colegas mas até de funcionários ou mesmo de docentes, bem como as previsíveis ofensas verbais de tipo racista e xenófobo que em Portugal continuam a ser negadas contra toda a evidência disponível. Não faltam, todavia, estudos que claramente mostram que o racismo é praticado entre nós ainda que na “hierarquia das imagens”, o Brasil ocupe uma posição menos estigmatizada, pelo menos quando comparada com os negros e sobretudo com os ciganos, sendo estes de todas as etnias a que é objeto de maior rejeição. Permita, Cara Colega que, recorde aqui, o que o nosso saudoso colega Celso de Sá me contou, sem qualquer acrimónia e o seu habitual sentido de humor, que numa das suas visitas a Portugal, ao chegar ao aeroporto de Lisboa e tomar um táxi, o motorista exclamou desanimado: “Olha mais um brasileiro”! Isto em 1997. Claro que recepções destas não nos animam. E devo dizer que nas dezenas de visitas que fiz ao Brasil, de Norte a Sul, nunca me senti vítima de qualquer hostilidade. É possível, porém, que o ambiente académico seja um ambiente rarefeito, já que dispomos de abundante evidência quanto às imagens recíprocas este-

reotipadas de irmãos ressentidos que tanto se respeitam como se detestam. O caso das crianças brasileiras nas escolas portuguesas suscita várias questões. Uma breve consulta da legislação brasileira e admitindo que seja cumprida, sugere um maior grau de exigência quando comparada com a legislação portuguesa, nomeadamente no que se refere à tolerância, ao castigo corporal. Sob esse aspeto seria desejável um maior alinhamento do direito penal português ao direito penal brasileiro. É certo que os depoimentos que refiro são na quase na sua totalidade brasileiros sem contraditório. Não disponho de estudos que reportem a sensibilidade da escola portuguesa ao desempenho dos alunos brasileiros. Pessoalmente a experiência que tenho a nível universitário é a melhor possível, nomeadamente ao nível do mestrado no âmbito das ciências comunicacionais, onde encontrei estudantes, sobretudo brasileiras, de excepcional craveira. Surpreendeu-me, por outro lado, sejam limitadas ao contexto relacional e não aos aspetos curriculares, à qualidade do ensino. Recordo um documentário que vi, na viragem do século, sobre imigrantes de países do Leste Europeu que nessa altura imigravam em massa para Portugal - números semelhantes aos do atual surto brasileiro, onde famílias entrevistadas reportavam maravilhas sobre o país que os acolhia e excepto para o caso da educação dos filhos que consideravam de baixíssima qualidade, quando comparada como o nível praticado nos seus países de origem. A ampla difusão desse documentário foi na altura para nós algo traumatizante, contribuindo para reforçar o nosso complexo de inferioridade, sempre que se trata de estabelecer comparações deste tipo a nível europeu. A participação nas provas internacionais do PISA têm, decerto, muito ajudado a recuperar a autoestima nacional e a reforçar a confiança nos progressos observados a que já fiz referência. A apontar alguns possíveis fatores, que poderão explicar as queixas, poderíamos pensar na dificuldade da língua que embora o léxico seja o mesmo tanto a fonética como a semântica apresentam diferenças significativas que podem prejudicar a comunicação. A língua funciona aqui como um estímulo reflexo tal como a cor da pele para o nosso olhar. A fonética é um revelador imediato, sucedendo o mesmo com o castelhano falado pelo sul americano ou o inglês pelos norte-americanos. Os portugueses como os espanhóis ou os britânicos tendem a considerar-se os proprietários da “sua” língua, a nacionalizá-la, condenando qualquer desvio ou liberdade que a ela se faça, uma intolerância da diferença e uma rejeição da própria lógica do dinamismo da língua, enquanto algo que evolui a partir daqueles que a usam, os seus falantes. Ora hoje a língua portuguesa é falada por 200 milhões de brasileiros, cerca de 50 milhões de cidadãos dos países africanos de expressão portuguesa (palop) e 10 milhões de portugueses. Daí que não seja surpresa que a língua, sobretudo a língua falada e não tanto a escrita, esteja sujeita a uma dinâmica cada vez mais acentuada, espontânea e resistente a qualquer tentativa de acordo. Entretanto a língua escrita e sobretudo a de natureza académica tende a obedecer a uma maior uni-

formidade e disciplina. Hoje em dia, ao ler textos científicos, mas também ensaios e traduções, tenho dificuldade em identificar a origem nacional dos textos, uma experiência que não tinha há 50 anos atrás. O mesmo não posso dizer do “brasileiro falado”, onde a minha experiência varia muito de Norte a Sul do Brasil e onde nem sempre sigo com a mesma facilidade e muito menos sou entendido quando falo. Lembro uma situação num Congresso Internacional em João Pessoa, com interpretação simultânea, em que quando fiz a minha apresentação em português, a intérprete me pediu para falar em francês por ser para ela mais fácil traduzir em seguida para “brasileiro”. A partir daí, fiquei atento e passei a entender que, porventura, por deficiência da minha dicção muito do que eu falava não era entendido pelos colegas brasileiros, os quais por delicadeza não pediam para eu repetir sucedendo de resto o mesmo em sentido contrário. Para concluir devo confessar que não sei responder à questão que me coloca sobre como integrar crianças estrangeiras na cultura escolar do país de acolhimento, sobretudo quando os casos se cifram em milhares como atualmente. O problema inscreve-se na questão mais vasta da integração *versus* multiculturalidade, ou seja, entre sistemas assimilacionistas ou de desenvolvimentos separados ou alguma combinatória por inventar que concilie o melhor dos dois mundos. Se em Portugal existem escolas francesas, alemãs e inglesas, regra geral elitistas e dificilmente acessíveis, por que não escolas brasileiras, com docentes brasileiros, currículos brasileiros abertos aos portugueses que as quisessem frequentar.

MFBA - Nesta perspectiva, o mesmo acontece com a imigração estudantil, quando se trata, por exemplo, do processo de internacionalização das universidades, em que, no caso do Brasil, os estudantes passam também por diferentes e, por vezes, dolorosos modos de inserção e integração em Portugal como país de acolhimento. E algumas pesquisas e/ou textos (Freixo, 2010; Merçon, 2020; Merçon, Martins; Santos, 2022; dentre outros) vêm refletindo, atualmente, sobre o significado do espaço social da Lusofonia¹¹ e das representações sociais, que permeiam as inter-relações dos estudantes brasileiros, por exemplo, nas universidades portuguesas. O que nos faz lembrar de, pelo menos, duas obras de Gilberto Freyre: “Casa Grande e Senzala” (2003) e o “Mundo que o Português criou” (2010). O Sr. poderia levantar alguns comentários a este respeito.

JCJ - Confrontamo-nos agora com a difícil questão das imagens recíprocas entre brasileiros e portugueses que a Professora gentilmente me facultou, reunindo-se

11. Em especial, com a participação brasileira no processo que culminou com a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em julho de 1996. Entretanto, o governo brasileiro de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) optou, como assinala Freixo (2010), pelo estabelecimento de relações bilaterais com alguns países da CPLP, em especial, Portugal e Angola, e não por um espaço comunitário de relações como era desejável à época. O que pode explicitar, como indica novamente Freixo (2010, p. 74), “[...] que o discurso da lusofonia é essencialmente uma construção portuguesa e que por isto só obteve uma efetiva ressonância dentro da sociedade lusa, não tendo encontrado eco ou o encontrando somente de maneira parcial no Brasil e nos demais países de língua portuguesa”.

a uma literatura que há recentes anos tem passado a interessar os cientistas sociais e não apenas os dos nossos países. No nosso caso, tendo em conta a língua e quatrocentos anos de história comum, se por um lado nos aproximam, por outro lado, também deram lugar a muitos conflitos e equívocos que o tempo tende a complexificar. Vou recorrer a um exemplo que poderíamos considerar como um caso de estudo. Trata-se de uma música composta e cantada por Chico Buarque de Holanda, um artista famoso com o título de “Fado Tropical”, que se tornou muito popular em Portugal, quando por cá surgiu, em 1974, no pleno da nossa Revolução que derrubou o regime ditatorial e deu início à descolonização nas Colónias Africanas. As duas estrofes da canção que na altura nos tocaram diziam:

*Ai! esta terra ainda vai cumprir seu ideal
Ainda vai tornar-se um imenso Portugal*

De algum modo, muitos de nós julgamos tratar-se de uma homenagem à Revolução Portuguesa e que o “imenso Portugal” se referisse às perspectivas de libertação dos países oprimidos ao seguirem o mesmo exemplo como seria o caso do próprio Brasil. Recorde-se que o Brasil na altura vivia ainda sob o regime de uma ditadura militar de que só viria a libertar-se anos mais tarde. De certo modo era também um país irmão pela voz de um dos seus mais distintos bardos a celebrar o movimento português e a sentir um legítimo orgulho por pertencer à comunidade lusófona. Tal leitura não foi, porém, assim partilhada por todos. O disco chegou a Portugal uns meses antes do início da Revolução e, segundo leio, numa tese de 2002 de Omar Ribeiro Thomaz, “Ecos do Atlântico Sul”, nas suas últimas linhas: “quando o disco de Chico Buarque chegou a Portugal um afamado salazarista apresentador da televisão portuguesa quebrou um a um dos seus exemplares com um martelo. A Nação não podia suportar a violência revelada no poema”. Mas o que dizia de facto o poema, para além das estrofes que viriam a tornar-se estribilho do nosso 25 de Abril? O poema é longo, mas porventura a passagem mais problemática reza assim:

*Ai! esta terra ainda vai cumprir seu ideal!
Ainda vai tornar-se um imenso Portugal!
Sabe, no fundo eu sou um sentimental...
Todos nós herdamos do sangue lusitano
Uma boa dose de lirismo
(Além da sífilis, é claro);
Mesmo quando as minhas mãos estão ocupadas a triturar
Esganar, trucidar
Meu coração fecha os olhos
E, sinceramente, chora.*

O poema de que extraímos este excerto é da autoria de Ruy Guerra, poeta moçambicano cuja voz intercala com a de Chico Buarque, para melhor restituir o sotaque português. O poema faz parte, por seu turno, de uma ópera composta por ambos, como título “Calabar, o elogio da traição”, concluída em 1973, que veio a ser proibida pelo regime militar e só viria a ser exibida 6 anos mais tarde, em 1979. Entretanto, as canções foram divulgadas embora censuradas, como seria o caso do “Além da sífilis é claro”. Quem era Calabar, a quem a ópera era dedicada? Domingos Fernandes Calabar era um mulato abastado do século XVII, mais precisamente corria o ano de 1647, e no Brasil havia guerra, uma guerra de sublevação no Pernambuco contra o domínio dos holandeses, aos quais se opunha uma coligação de forças portuguesas comandadas por Mathias de Albuquerque, conde de Alegrete, e luso-brasileiros locais, entendendo por estes os portugueses nascidos no Brasil e já detentores duma identidade que estará na base da sua futura independência. Eram tempos difíceis, Portugal sob a coroa espanhola de que só se tornara independente um pouco antes em 1640. Tempos em que uma figura como o Padre António Vieira recomendava que se vendesse o Pernambuco aos holandeses. Não era de facto consensual manter o território brasileiro unificado e o que de algum modo levanta dúvidas sobre figuras como Calabar, um comerciante influente que se aliou aos holandeses, seria ou não um traidor. Possivelmente, ainda hoje, para algumas correntes contra fatuais, o Brasil teria tido vantagem se a história fosse outra. Na ópera de Ruy Guerra e Chico Buarque, a opção terá sido denunciar a própria ditadura militar vigente, recorrendo a um episódio histórico real onde o vilão é mais o colonizador português do que o alegado “traidor” Calabar, que a ópera transforma em herói. A voz que na ópera canta as estrofes do fado tropical é a voz de Mathias Albuquerque, a voz do algoz que sonha com um “império colonial”, uma outra estrofe a rimar com um “imenso Portugal”. É também ele que confessa chorar, quando tortura, o que vem introduzir um outro nível de complexidade interpretativa na medida em que parece perpassar aqui uma possível alusão ao luso-tropicalismo, à sentimentalidade ou à cordialidade que o historiador Sérgio Buarque de Holanda tão claramente desconstrói. Passaram 50 anos, mas o Fado Tropical ficou entre nós, deixou rasto. Há meses atrás, em abril de 2023, recebemos a visita do Presidente brasileiro Lula da Silva, na altura recentemente empossado, e, conforme li na imprensa, o Presidente português Marcelo Rebelo de Sousa no jantar oficial entoou as duas estrofes ilusoriamente celebratórias do Fado Tropical. Na melhor das hipóteses voltamos à ingenuidade que ignora ou finge ignorar as diferentes camadas semióticas desta complexa narrativa. Nestes últimos 50 anos, a geopolítica evoluiu muito e em modo acelerado e mesmo estudos com duas a três décadas sobre a comunidade luso-brasileira rapidamente perderam atualidade, embora possamos perguntar se, sob outras formas, a ambiguidade e a ambivalência que sempre saturam as nossas

imagens recíprocas não voltarão a ressurgir das cinzas, conferindo novos matizes ao nosso fado tropical. Possivelmente, a imagem do português bronco e mesquinho em terra brasileira estará hoje mais distante, continuando a ser recordado na literatura e na memória social difusa. Entretanto, Portugal acolhe agora migrantes brasileiros que algumas estimativas cifram, como já referi, da ordem dos 400.000, incluindo legais e ilegais, uma percentagem significativa para uma população envelhecida e a decrescer como a portuguesa. Em 1996, por iniciativa do embaixador brasileiro em Portugal, José Aparecido de Oliveira, e segundo julgo muito incentivado pelo letrado português José Agostinho da Silva, que viveu longos anos no Brasil e por lá deixou obra, lançou a iniciativa da Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa (CPLP), cujos contornos e futuro são ainda incipientes. De resto Portugal, ao aderir à União Europeia em 1986, perdeu muito da sua autonomia política, tornando-se por outro lado numa razão de interesse político e económico que de algum modo poderá justificar o incremento migratório. Dispomos hoje de uma literatura académica de parceria luso-brasileira, que tem permitido ir mais longe na leitura não só da nossa história comum, mas sobretudo na descodificação das representações sociais circulantes e em permanente mudança na interface das nossas Comunidades, bem como cada vez mais mediadas pelo espírito do tempo. Apraz-me citar aqui autores portugueses como Miguel Vale de Almeida, Cristiana Bastos, Valentim Alexandre, bem como autores brasileiros como Bela Feldman - Bianco, Omar Ribeiro Thomaz, Igor Renó Machado, Lilia Schwarcz, e estou a referir apenas os que conheço melhor, correndo o risco de estar a ser injusto a todos eles, muito devo a ajuda dada a formar uma ideia mais informada da complexidade que liga os nossos dois países.

MFBA - Atualmente, Prof. Jesuíno, quais têm sido os seus projetos? Pode nos falar um pouco sobre o que anda pesquisando e realizando? E como o Sr. vê hoje o lugar das “representações sociais nas sociedades em mudança”, ou melhor, buscando suas próprias palavras: “quais os desenvolvimentos futuros do paradigma das representações sociais no quadro interdisciplinar duma psicologia social cada vez mais interdisciplinar” (Jesuíno, Mendes; Lopes, 2015, p. 11)?

JCJ - Há uns vinte e cinco anos participamos por iniciativa do saudoso Celso de Sá num estudo que envolveu um conjunto interdisciplinar de colegas brasileiros e portugueses relativo à memória social do achamento do Brasil, em 1500, por Pedro Alvares Cabral. Organizamos encontros tanto no Brasil como em Portugal e publicamos um livro resumindo as várias comunicações. Já nessa altura se tornou para nós claro que as nossas memórias sociais não coincidiam. Se para os portugueses é sempre a aventura da viagem que emerge à periferia das associações, para os brasileiros é o trauma da ocupação que prevalece, a chegada do Outro a alterar para sempre, e não necessa-

riamente para melhor, a arquitetura ecológica daqueles espaços e daqueles tempos. A nós, portugueses, e assim igualmente me incluo na lista, custa-nos a admitir que só espalhamos a morte e a destruição ao longo dos nossos 500 anos distribuídos por pseudo-impérios periféricos. Ler Gilberto Freyre como aliás Hegel, faz para nós algum sentido embora reconheçamos sem dificuldade a fragilidade do argumentário. Mas, o mesmo terá sucedido a Eduardo Lourenço¹², ao acabar por reconhecer que a denúncia de tais fragilidades requer uma segunda senão mesmo sucessivas leituras, que permitam dar-nos a ilusão que progredimos no labirinto para finalmente descobrirmos que nunca verdadeiramente saímos do mesmo labirinto. É nele, todavia que tal como Sísifo vou continuar a caminhar no que vai ser o resto dos meus dias.

Suas palavras, Prof. Jesuíno, de certa forma, conseguiram nos conduzir neste labirinto da Vida, tal como o “fio de Ariadne”, de modo a que pudéssemos compreender melhor os diferentes temas que se interpõem em nossas vidas, fazendo com que este nosso trajeto possa se humanizar. É preciso, neste “mesmo labirinto” viajar e regressar a nós mesmos, e sentir a força e o calor de estarmos juntos enfrentando todos esses desafios, e fazendo da Educação um campo que nos ajude a encantar o mundo.

Mais uma vez, muito agradecida, Prof. Jesuíno, por poder compartilhar suas experiências de vida e estarmos novamente juntos!

Santos, 11 de março de 2024.

12. Eduardo Lourenço de Faria (1923-2020) foi um importante filósofo, ensaísta, crítico literário e intelectual público português, que tem, como um de seus livros mais conhecidos “O labirinto da saudade: psicanálise mítica do povo português” (Lourenço, 1992), publicado nos anos setenta, alguns anos após a Revolução dos Cravos. Trata-se de um autor, que morou na Bahia como professor convidado da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia, entre 1958 e 1959, que melhor pensa o tema da “identidade cultural portuguesa”, e que reflete sobre os desafios do período de mundialização, sem deixar de pensar nas relações entre Portugal e Brasil, tal como Gilberto Freyre (2003, 2010). Para refletir sobre Eduardo Lourenço e a cultura brasileira, sugere-se ler “O desafio de Eduardo Lourenço à cultura brasileira”, textos escritos por Boto e Cruzeiro, no Jornal da USP, em 03 de fevereiro de 2021, pouco tempo depois da morte deste autor. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/o-desafio-de-eduardo-lourenco-a-cultura-brasileira/>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2024.